



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 1



GRUPO MUNICIPAL

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção

Muito boa tarde, começo por cumprimentar o senhor Presidente Assembleia Municipal e com ele toda a mesa que o acompanha, o senhor presidente da Câmara Municipal e todos os vereadores eleitos, cumprimento também os presidentes de junta e união de freguesias aqui presentes bem como todos os deputados municipais, o restante público e a comunicação Social.

O grupo municipal do Partido Socialista inicia a sua intervenção propondo a esta assembleia um voto de pesar pelo falecimento do pai da nossa colega Dra. Maria do Rosário Fonseca, solicitando que este sentimento da Assembleia seja posteriormente remetido para a família, se for aprovado.

Propomos também a esta assembleia um voto de pesar pelo falecimento da Enfermeira Milú, uma pessoa que marcou todos aqueles que por ela foram tratados. Solicitamos, à semelhança do anterior, este seja posteriormente remetido para a família, se for aprovado por esta Assembleia.

O nosso grupo municipal começa por congratular o Sr. Presidente da Câmara e todo o executivo municipal, pelo trabalho desenvolvido ao alcançar o prestigiante 8 lugar no Índice de Transparência Municipal (ITM), em 308 Municípios avaliados, salientando-se a subida de posição relativamente ao ano anterior. Com estes resultados denota-se uma crescente aposta na aproximação do município aos seus cidadãos de forma cada vez mais transparente.

Aproveitamos também para parabenizar a câmara municipal na pessoa do seu presidente pelas excelentes iniciativas desenvolvidas para a comemoração do Feriado Municipal. A distinção de várias personalidades e instituições que contribuíram para o engrandecimento do concelho é uma forma de exaltar o que se faz de melhor na e pela nossa terra. O encerramento do dia foi com um excelente espetáculo, "Nem Tudo o Tempo Levou", da Associação ContraCanto, que chamou a atenção para uma problemática da demência cada vez mais presente na nossa sociedade e para a qual nem sempre estamos preparados.

Por fim, não poderia terminar a minha intervenção sem falar do 25 de Abril, um feriado que traz consigo a democracia e a liberdade.

Mas será que somos verdadeiramente livres, enquanto existirem desigualdades a condicionar a existência de uma sociedade justa?

O Partido Socialista tem desempenhado um papel preponderante no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, lutando por valores como a Liberdade, a Igualdade e a Solidariedade que estão na sua génese.

O 25 de Abril de 1974 foi o inicio de um caminho que continuamos a trilhar, existindo ainda muito por fazer no sentido de alcançar a plenitude dos valores defendidos e todos nós temos a obrigação continuar a lutar pela democracia, pela igualdade de direitos e pela liberdade.

Sobre esta data e as lutas que se travaram, já dizia o poeta Manuel Alegre "...Mesmo na noite mais triste em tempo de servidão, há sempre alguém que resiste há sempre alguém que diz não."

Muito Obrigada

Tábua, 27 de abril de 2018



Olga Nunes

(Grupo Municipal do Partido Socialista)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 2

H

INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27/04/2018

JOÃO NUNO FONSECA BORGES DE BRITO

- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários
 - Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores
 - Exmos. Senhoras Líderes de Bancada e Senhores Membros da Assembleia
 - Exmos. Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia
 - Colaboradores da Assembleia Municipal
 - Comunicação Social
 - Minhas Senhoras e Meus Senhores
-

Inicio a minha intervenção saudando a Câmara Municipal por ter concluído a requalificação da estrada que liga a Nacional 17, na zona do Poço do Gato, a Percelada, uma das mais importantes e movimentadas do território da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, com a pintura das marcações no pavimento e a colocação da sinalização vertical. Alerto, porém, que no mais curto espaço de tempo dever-se-á proceder a pequenas reparações quer do pavimento quer no nivelamento das valetas, cuja responsabilidade é do empreiteiro.

Em 31 de Março, a Junta de Freguesia inaugurou uma resposta social inédita na União de Freguesias, a Casa S.O.S – Casa de Acolhimento Temporário. Agradeço a todas as entidades, públicas e privadas, coletivas e singulares, que colaboraram na concretização de um objetivo do executivo da Junta e uma comprovada e premente necessidade no nosso território, destacando a Câmara Municipal de Tábua, o Projeto RLIS, as herdeiras do Senhor Eduardo Pinto e as empresas SECIL, DIVIREIS e Ricardo Saraiva – Materiais de Construção.

Esta é uma infraestrutura que supriu no imediato a necessidade de realojamento de uma família holandesa, que a partir do primeiro dia de Abril iria necessitar de uma nova casa, enquanto aguarda pela aprovação

do processo de candidatura à CCDRC para a reconstrução da habitação permanente que perdeu em Outubro passado.

Neste âmbito, com a devida autorização do Senhor Presidente da Assembleia, solicito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, um ponto de situação em relação aos processos de candidatura para a reconstrução das habitações permanentes efetuadas pelos lesados da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha.

Aproveito a ocasião para agradecer aos colaboradores e responsáveis municipais do Gabinete de Apoio à Vítima, por não terem em tempo algum descurado os apoios considerados necessários para com as pessoas de Covas e Vila Nova de Oliveirinha. Não podendo esquecer o papel permanentemente ativo, construtivo e positivo da Corporação dos Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha e do Movimento Cívico “Não Vamos Esquecer”.

Por princípio, uma Corporação de Bombeiros e uma Câmara Municipal não podem nem devem estar desalinhadas do seu compromisso central: Serviço Público e Serviço Comunitário. Quando maior for a consonância de ideias, a sinergia de esforços e a cooperação institucional, melhor servidos ficarão os munícipes e fregueses.

Enquanto Presidente da Junta de Freguesia, mas também enquanto cidadão do Concelho de Tábua, congratulo-me com as conquistas diretas obtidas para a Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha e indiretas para os territórios das Freguesias que estão sob a sua área de intervenção. E é por isso que termino a minha intervenção deixando um sincero agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Mário Loureiro, ao Senhor Vereador António Oliveira, ao Senhor Presidente da Direção dos Bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha Vitor Melo e ao Senhor Comandante Paulo Rodrigues, pelo diálogo e compromissos assumidos. Assim é mais fácil “Construir Pontes – Reconstruir Vidas”.

Obrigado.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 3

MOÇÃO

Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituíu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. .

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Tábua reunida a 27 de Abril de 2018, delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa, e por uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 4



7/2
Notícias

GRUPO MUNICIPAL

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção

Sr. Presidente da Assembleia e respectiva mesa, Sr. Presidente e Vereadores do Executivo, Srs. Deputados Municipais, comunicação social e demais presentes,

(Intervenção Municipal)
A Constituição da República Portuguesa, guardiã de direitos fundamentais, emana um projecto de pura democracia, assumida em todas as suas dimensões, política, social, cultural, económica. Reflexo da transformação e da modernidade proveniente da Revolução de Abril, estatui no seu artigo 13º de que,

1. *Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*
(e ainda de que)
2. *Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*

Aprovou a Assembleia da República no passado dia 13 de Abril a lei que reconhece o direito à autodeterminação da identidade de género, votando favoravelmente a bancada parlamentar do PS. Tal possibilita a mudança de género no registo civil e citando as palavras da deputada Catarina Marcelino do Partido Socialista, o diploma “permite a pessoas que existem, que são reais, de carne e osso, a possibilidade de terem uma vida melhor e mais feliz”, “e sobretudo permite fazê-lo por autodeterminação, porque todos sabemos quem somos, desde sempre”. O grupo parlamentar do PS honra assim todas as pessoas transsexuais, prosseguindo o caminho iniciado pela lei nas escolas, serviços de saúde e mudança de mentalidades.

É com extremo orgulho que no nosso concelho visualizamos esse mesmo trabalho a nível educacional. A 24 de Janeiro de 2018 foi eleito o projecto “Criação, por parte do Governo, de uma política de incentivos para as empresas que promovam a igualdade de género, como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego” para representar o Agrupamento de Escolas de Tábua no Parlamento Jovem, desenvolvido pelas alunas do ensino básico Joana Martins, Filipa Pinto e Matilde Alexandre. Tendo como objectivo a promoção da igualdade de género, a participação equilibrada e não-discriminatória de mulheres e homens na participação de modalidades desportivas e ainda a adopção de medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Posteriormente foi este projecto aprovado no círculo de Coimbra e escolhido para recomendação à Assembleia da República destacando assim a temática da igualdade de género. Congratula o grupo municipal do Partido Socialista esta iniciativa e o trabalho desenvolvido pelos alunos, professores, direcção e toda a comunidade escolar do Agrupamento de Escolas pelo envolvimento e estímulo para a participação de uma cidadania activa.

Jo Tábua

2/2

(JELFEVC)

Também de parabéns está o jovem tabuense Rafael Nunes, aluno do mestrado em Gestão da Faculdade da Economia da Universidade de Coimbra, 1º classificado do "The Trading Game", iniciativa promovida pela Caixa Económica Montepio Geral em Coimbra, tendo sido premiado com um estágio remunerado na Direcção Financeira e Internacional da Caixa Económica Montepio Geral. O desafio consistiu num jogo de bolsa em tempo real para investidores virtuais promovido pelo Montepio em parceria com a Júnior Empresa de Estudantes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Durante 4 semanas, 300 candidatos distribuíam-se por 13 cidades, 34 facultades de diferentes universidades, tendo de negociar na plataforma Montepio Trader Go um conjunto alargado de activos financeiros, em ambiente real mas com capital virtual.

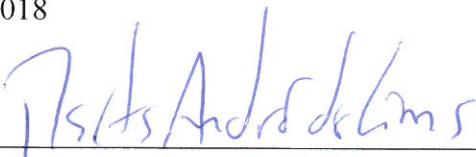
Denota-se cada vez mais uma capacidade de empreender, de actualização e atenção aos contextos sociais e participação activa por parte dos jovens tabuenses. A EPTOLIVA participou nos dias 19, 20 e 21 de Abril no XIII Congresso Nacional "Cientistas em Ação", iniciativa que teve como parceiros a Universidade de Évora e a Câmara Municipal de Estremoz. A ideia fundamental deste encontro centrou-se na troca de ideias, experiências, apresentação de projectos, divulgação de cultura científica e tecnológica. Participaram 250 alunos de 25 escolas nacionais tendo a EPTOLIVA sendo destacada com o 3º lugar com o projecto "Match Point" dos alunos João Santos e Francisco Pereira, atingindo a melhor classificação entre todas as escolas profissionais do país.

Estimular a participação na vida social, cultural e política do município, atender a necessidades, promover o associativismo, são os pilares do Conselho Municipal da Juventude de Tábua. No passado dia 4 de Abril tomaram posse os seus membros para o mandato 2018/2021, estando aqui representadas as associações de estudantes do ensino básico e secundário, regular e profissional, as juventudes partidárias, as associações juvenis existentes no município e ainda a assembleia municipal. Da ordem trabalhos fizeram parte a apreciação da Acta da Reunião do Plenário do CMJT nº 02/2017, a aprovação do relatório de actividades de 2017, a elaboração do plano de actividades para 2018 e a eleição do representante do Conselho Municipal da Juventude no Conselho Municipal da Educação, tendo sido eleita Marta Lima.

Reuniu assim a 17 de Abril o Conselho Municipal da Educação, instância de coordenação e consulta, a nível municipal da política educativa, com forte articulação entre os diversos agentes educativos e parceiros sociais interessados. Aprovou-se o regimento do Conselho Municipal da Educação, fez-se um balanço do 1º e 2º período do ano lectivo 2017/2018 e apreciaram-se os projectos educativos a desenvolver no município. Abordaram-se projectos como o Plano de Educação Local, o Projecto + Sucesso Escolar e o SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem.

Com uma forte iniciativa a nível de juventude e educação, através da implementação e reestruturação das ferramentas disponíveis, considera-se que e sempre assente nos valores máximos da democracia, tem existido um esforço por parte do executivo camarário de integração e coordenação de todas as estruturas, auscultando a população jovem e permitindo que desenvolvam opiniões, espírito cívico e empreendedor. É notória a evolução e a preocupação não só social mas também profissional dos jovens tabuenses. Em representação dos meus semelhantes e do Partido Socialista desejo continuação do excelente trabalho.

Tábua, 27 de Abril de 2018



(Grupo Municipal do Partido Socialista)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 5



Midões, 10 de Abril de 2018

Exmos. Srs.

A Maavim surgiu logo após os incêndios de dia 15 e 16 de Outubro de 2017. Formalizada no dia 19 de Outubro de 2017 e com o intuito de rapidamente chegar ajuda à população local e regional. É sediada em Midões, concelho de Tábua, distrito de Coimbra.

Durante seis meses, desde a sua constituição a Maavim já distribuiu mais de 60 toneladas de batatas, 65 toneladas de alimentos, mais de 6000 produtos de higiene, mais de 25000 peças de roupa, diversos brinquedos, 25000 kg de ração, 20000 árvores (Carvalhos, Azinheiras, Sobreiros, Oliveiras, Fruteiras, outras), 600 toneladas de material de construção (entre paletes de tijolo, paletes de cimento, toneladas de ferro e diversos materiais de construção civil), centenas de eletrodomésticos e mobiliário para equipar as casas ardidas e dezenas de alfaias e pequenas máquinas agrícolas, que se adquiriram com os donativos para os casos mais urgentes. Distribuímos mais de 200 toneladas de palha e ração animal, e milhares de sementes para os campos e açúcar para as abelhas.

Através da Maavim, foram sinalizadas mais de 3000 famílias, que foram ajudadas com diversos bens nos diversos concelhos de: Tábua, Oliveira Do Hospital, Arganil, Góis, Seia, Gouveia, Nelas, Carregal do Sal, Tondela, Santa Comba Dão, Mangualde, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã, Vouzela e Oliveira de Frades.

Efetuámos mais de uma centena de candidaturas aos projetos simples de restituição produtiva, *num valor superior a 500000€* e elaborámos 12 candidaturas ao PDR2020, sem qualquer custo, *num valor de mais de 3 milhões de euros*.

Obviamente que nada disto seria possível sem os donativos de mais de 100 grupos de voluntários que ajudaram a Maavim a ajudar os Lesados dos Incêndios de Outubro e sem o apoio dos Voluntários que semanalmente ajudaram e continuam a ajudar a população.

A MAAVIM orgulha-se de ser a associação que mais ajudou toda a região em todas as diversas valências. Com pouco mais de 15000€ recebidos em donativos monetários, esta associação distribuiu milhares de Euros em bens e assume-se como a maior associação no terreno a verdadeiramente ajudar e lutar pela população. Recebemos apoios da França, Alemanha, Luxemburgo, Espanha e de todo o nosso país que seguramente diminui-o o sofrimento de todos os lesados.

Nas zonas afectadas, que incluem mais de 300000 pessoas afectadas pelos incêndios de Outubro, a Maavim existe porque houve uma ausência do poder central e local.

FERNANDO TAVARES PEREIRA

Presidente MAAVIM

Podem consultar alguma da nossa atividade em <https://www.facebook.com/Maavimmov/>

e-mail: maavimmov@gmail.com

Tel: 238605810 / 932286073

Midões, 10 de Abril de 2018

Exmos. Srs.

Após os incêndios de Outubro e com a tentativa de aplicar as mesmas formas usadas em Pedrogão o governo aprovou leis para "ajudar" os afetados por tamanha tragédia.

Agricultura – São milhares os agricultores lesados que tendo feito a declaração de prejuízos, após os incêndios na plataforma da Drap, logo após a sua abertura. Sendo as declarações de montantes apartir de 1€ até montantes por vezes superiores a 100000€. Ora, tendo sido preenchidas cerca de 30000 declarações de prejuízos, vem o Governo anular todas as declarações anteriormente referidas, sem que tivesse o cuidado de informar todos os lesados de que deveriam fazer novas declarações, aquando da reabertura da plataforma pela segunda vez. Sendo que, onde os agora lesados que não tiveram possibilidades de reclamar e não foram informados que os montantes máximos para os pequenos agricultores e para a agricultura de subsistência era até 5000€, nem sequer tiveram possibilidades de reclamar até ao dia de hoje.

Assim como nos casos em que a falta de apoio da maior parte das autarquias e direções regionais, na informação dada aos lesados e que os mesmos por falta de conhecimento, falta de comunicações, por estarem ausentes, ou diversos motivos, etc, não fizeram os mesmos pedidos porque o espaço temporal era insuficiente.

Nos pedidos ao programa do restabelecimento do Potencial Produtivo (6.2.2.), muitos foram iludidos pelas medidas e pelos valores elegíveis e não incluíram muitos dos prejuízos por diversas razões. A título de exemplo alteraram contra partidas financeiras acima dos 400000€ já depois de as candidaturas terem fechado. O verdadeiro apoio pela perca do Potencial Produtivo não existe e se uma Oliveira é paga a 16,5€ nas candidaturas simples, no 6.2.2. o valor não passa de 3€. Muitos serão os que não executarão 1 centímo desses projetos, por não terem dinheiro, por valores irreais de mercado e por outras armadilhas como perdas futuras de outros apoios. Efetivamente o apoio de pelo menos 30% à cabeça, para executar os projetos, não foi posto em prática o que levará à sua não execução. Reiteramos que foram milhões os valores de cortes a que ninguém tem acesso. Pessoas com mais de 20000€ de prejuízos, que passaram para os 5000€ e nem 2000€ receberam. É como ter acesso ao processo e como reclamar? Não existe forma, conforme a lei determina. Enviaram umas carrinhas para ajudar a população a fazer os pedidos, mas quando vieram já as medidas tinham fechado.

Floresta - Não foi lançada nenhuma medida de apoio a quem perdeu a sua floresta, independentemente do seu tipo de cultura, a não ser apoios a organizações de produtores, autarquias e parques de recepção de madeira. Todos esses apoios não existem no terreno e para completar a confusão total, foi lançada a lei com mais de 10 anos, da limpeza da floresta que está a aniquilar a floresta que sobrou e que não ajuda em nada o desordenamento da floresta no terreno. Se por um lado a lei manda limpar, outras leis impedem a limpeza e corte e até podem levar à prisão no caso do corte de Sobreiros ardidos e a cair.

Habitação – Foram lançados apoios para a construção e reconstrução de habitações de primeira habitação, com supostamente apoio na legalização das habitações afetadas e pagamento de rendas de aluguer temporário e todos os custos inerentes às candidaturas. Tal facto não acontece no terreno e existem centenas de pessoas com dificuldades por falta de habitação e a viverem, em casas de amigos, familiares, em roloutes, tendas e garagens. Existem já diversas respostas negativas e as

contratações estão a demorar e com critérios algo misteriosos para estarem prontas as habitações dentro 300 dias. Os Pdms devem ser suspensos temporariamente para a legalização e regularização com urgência de todas situações ilegais. As 2 habitações já deviam ter medidas de apoio e quer os municípios, quer os governos nada dizem acerca da situação, deixando as mesmas caminhar para a degradação total do património.

Indústria - Foram lançados programas de apoio que só agora, passado 6 meses foram corrigidos para o apoio de 85%. Essa foi também uma exigência nossa e que esperamos, seja cumprida após divulgação pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Emigrantes, Imigrantes e Migrantes - Muitos dos nossos Emigrantes a trabalhar no estrangeiro ou em outras partes do país, como por exemplo nas ilhas, não fizeram qualquer candidatura. São eles que muitas vezes pagam a empresas locais e aos seus familiares para lhes manterem as casas limpas, os jardins limpos, as árvores tratadas, investindo no seu país o que com esforço e suor ganham nos países que os acolheram. Esses portugueses não são de primeira? Não os querem de volta... Os Imigrantes que nos últimos anos escolheram Portugal para viver, para criarem os seus filhos, para gastar e investir o seu dinheiro, foram completamente abandonados. São eles que ocupam lugares que os portugueses já abandonaram à muito e que dão movimento às aldeias mais distantes das cidades e que por muito que não queiramos reconhecer, criam um barreira a incêndios de maiores proporções no futuro.

Em suma, estamos a chegar aos 6 meses após os incêndios e o abandono é total e os milhões anunciados não existem no terreno??

Existe uma campanha brutal de desinformação de milhões, quando na realidade os valores anunciados estão em conjunto com os apoios a Pedrogão e parte foi paga pelos donativos da população, por fundos como o Revita ou outros. Os milhões da UE para apoio às populações, para os programas de apoio e outros não existem. Estamos com programas para a agricultura, que não são aprovados à mais de um ano, e na agricultura não se pode esperar, tanto tempo. Se a agricultura tivesse o apoio da Indústria e o mesmo tipo de meios de pagamento não estariamos aqui e não exigiríamos que não acabem com a nossa agricultura. As respostas não são dadas...

O que aconteceu foi um crime, e nós não somos os culpados, como não é a população de Mação, que não tiveram qualquer apoio, como os donos das plantações de Idanha que foram devastadas, porque não estão no Algarve ou outros lesados que tenham sofrido perdas porque investem e se mantêm em Portugal.

Umas migalhas do valor dado aos bancos, seriam uns milhões para a reconstrução de um Portugal que querem esquecer e apagar. Mas nós não deixaremos.

FERNANDO TAVARES PEREIRA

Presidente MAAVIM

Podem consultar alguma da nossa atividade em <https://www.facebook.com/Maavimmov/>

e-mail: maavimmove@gmail.com

Tel: 238605810 / 932286073



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 6

Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua, de 27 de abril de 2018

Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e os seus Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e todos os Vereadores eleitos, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta, a equipa de apoio à Assembleia, o público presente e a comunicação social.

Meio ano depois do dia 15 de outubro, dia que ficará na história do nosso concelho, é altura de se efetuar um balanço do trabalho efetuado, no apoio às vítimas do incêndio.

Como tal, deve ser destacado o trabalho da Câmara Municipal de Tábua, do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores, assim como dos diversos gabinetes técnicos - gabinete de obras, gabinete florestal e gabinete de ação social.

No dia a seguir aos incêndios, a Autarquia colocou, de imediato, equipas no terreno que efetuaram um levantamento das necessidades, assim como se prestou apoio às famílias afetadas por este flagelo.

Deve ser destacado o trabalho do gabinete de ação social que, em articulação com outras respostas sociais do concelho, de modo a evitar a multiassistência, continua a acompanhar de forma sistemática e personalizada estas famílias, quer seja em termos de acompanhamento social e psicológico, quer na entrega de bens de primeira necessidade, através da Loja Social (que continua a receber donativos dos mais diversos pontos do país).

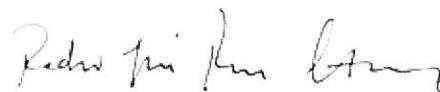
Saliente-se igualmente a colaboração da Autarquia na submissão de 77 candidaturas ao *Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente*, tendo a CCDRC informado da aprovação de 21 dessas candidaturas, cujo contrato de adjudicação para a construção das primeiras habitações já foi assinado.

Reforça-se também o trabalho de sensibilização e prevenção que tem vindo a ser realizado pelo Gabinete Florestal da Autarquia; a adesão da Autarquia ao programa ABEM, no apoio à aquisição de medicamentos; e a criação da conta solidária.

Gostaria ainda de destacar a iniciativa da União de Freguesias de Covas e de Vila Nova de Oliveira que, com o apoio do Município de Tábua, da Santa Casa da Misericórdia de Tábua e de alguns particulares, transformou as antigas instalações do Posto de Saúde numa casa SOS, que tem atualmente acolhida uma das famílias lesadas pelo incêndio.

Por todo o trabalho desenvolvido, congratulo o papel da Autarquia, devendo continuar a apostar na prevenção e no apoio às vítimas, uma preocupação que deve ser extensível a todos nós.

Tábua, 27 de abril de 2018



Pedro José Pereira Cardoso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 7

Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua - Sessão Ordinária de 27 abril 2018

Apreciação e aprovação da Prestação Contas 2017

Ao analisar o documento de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tábua, pretendo deixar algumas considerações:

O prazo médio de pagamentos desceu 25 dias, está melhor em relação ao final do ano anterior o que quer dizer que a Câmara Municipal está a conseguir pagar aos fornecedores mais rapidamente.

As receitas próprias apresentaram um crescimento em relação ao ano anterior, e a aposta na educação continua a ser notável! o resultado líquido do exercício de 2017 tem vindo a aproximar-se dos resultados positivos, apesar de ainda ser - 500.348,74€.

O valor das amortizações do exercício também têm vindo a diminuir, sendo que em 2016 teve um valor 2.480.956,54€, e este ano atingiu uma diminuição de cerca de 600.000 euros, ficando com o valor de 1.909.612,37€.

A análise das demonstrações financeiras no setor público nem deveria considerar o valor das amortizações, porque não estamos perante uma empresa cujo objetivo é o lucro.

Em termos de gestão financeira, o Sr. Presidente da Câmara Municipal continua a responder de forma célere às necessidades da população tabuense, e muito atento aos fundos comunitários, não tendo desperdiçado as oportunidades de financiamento que são colocadas à disposição dos municípios. As contas estão no bom caminho!

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o porquê de um acréscimo nos valores da dívida no documento de prestação de contas?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo

Documento n.º 8



GRUPO MUNICIPAL

Período da Ordem do Dia - Ponto 4 e 5

O grupo municipal do Partido Socialista congratula o executivo municipal, na pessoa do sr. Presidente da Câmara pelo trabalho desenvolvido no controlo das contas municipais. O cumprimento dos limites de dívida que a lei das finanças locais impôs, foi conseguido. A suspensão do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e do Plano de Saneamento Financeiro é uma realidade e constitui o culminar de todo o trabalho desenvolvido. Os objetivos financeiros foram atingidos através de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos.

À semelhança do que está a acontecer com o Governo Socialista cuja diminuição do défice evidenciou um excelente desempenho económico e financeiro do país, originado pelo trabalho exigente e rigoroso de todos os agentes económicos em Portugal e que vai permitir um desenvolvimento cada vez mais sustentável da economia e do país.

Estamos no bom caminho, quer em termos municipais, quer nacionais. Pois o cumprimento das metas, torna possível enfrentar o futuro com otimismo e confiança.

Tábua, 27 de abril de 2018

Olga Nunes
Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)